

Pontos de Ação do Dia do Parlamento Aberto e da Cúpula Global da Parceria para o Governo Aberto

Ottawa, Canada | 29-30 de maio de 2019

Durante o [Dia do Parlamento Aberto e a Cúpula Global da Parceria para o Governo Aberto](#), destacaram-se os seguintes pontos de ação:

1. Participar mais ativamente dos esforços nacionais de governo aberto, promovendo os Planos de Ação existentes e aumentando as ambições, ou, promovendo a participação de seu governo na [Parceria para o Governo Aberto \(OGP, sigla em inglês\)](#).
2. Construir apoio multipartidário aos princípios de abertura para garantir a sustentabilidade dos Planos de Ação em todos os ciclos eleitorais.
3. Desenvolver, revisar e adotar legislação que aumente a transparência, prestação de contas, participação cidadã e padrões éticos para detentores de cargos públicos, em apoio aos compromissos do Plano de Ação (ou seja, regulação de lobby, acesso à informação, declaração de ativos, regulamentação de participação, etc.).
4. Co-criar, implementar, monitorar e avaliar os Planos de Ação de Parlamento Aberto, com a sociedade civil, comprometer-se com as principais prioridades para transformar a interação entre o parlamento e a população, em direção a uma legislação mais inclusiva e efetiva, bem como uma supervisão de políticas públicas para garantir que atendam às necessidades da cidadania.
5. Estabelecer espaços para a participação cidadã, para contribuir para um debate mais exaustivo e inclusivo em torno de questões políticas nacionais importantes, que vão além da abertura legislativa em geral (isto é, mudança climática, reforma previdenciária, leis anticorrupção etc.), e co-criar soluções para estas questões.
6. Tirar proveito da tecnologia para complementar os espaços presenciais de participação e, criar plataformas que alcancem mais cidadãos por meio de um processo fácil e conveniente.
7. Assegurar que todos os espaços participativos estabelecidos sejam inclusivos para mulheres, povos indígenas e outros grupos historicamente marginalizados, para que possam ser usados para dar voz aos sub-representados.
8. Adotar medidas para facilitar a comunicação entre o parlamento e a sociedade civil, justificando a tomada de decisões e explicando como os insumos recebidos foram levados em consideração.
9. Implementar programas de capacitação institucional para jovens, professores e sociedade civil em geral, para aumentar a conscientização sobre o papel dos parlamentos e de novos caminhos para o engajamento da cidadania.
10. Promover a transparência e o acesso à informação do poder executivo, para fortalecer a capacidade do parlamento de supervisionar efetivamente o governo, bem como promover a responsabilidade pública.
11. Contribuir para os debates, nacionais e internacionais, visando identificar soluções políticas para combater a desinformação e notícias falsas, respeitando a liberdade de expressão, especialmente durante as campanhas eleitorais, o que pode ter um impacto importante no discurso público e na confiança cidadã nas instituições públicas.
12. Adotar legislações e supervisionar políticas que promovam um espaço cívico forte, seguro e inclusivo, permitindo que tanto as organizações da sociedade civil como os meios de comunicação operem livre e independentemente para desempenhar suas respectivas funções, essenciais para todas as democracias.
13. Entre em contato com as organizações parceiras da [Rede de Transparência Parlamentar](#), que incluem o [ParlAmericas](#), o [Directorio Legislativo](#), o [Instituto Nacional Democrático](#), a [Fundação Westminster para a Democracia](#), a [Rede Latino-Americana de Transparência Legislativa](#), o [Escritório da OSCE para Instituições Democráticas e Direitos Humanos](#), para apoiar iniciativas de parlamento aberto.